



Desta forma, a permissão para que também o transporte de passageiros possa ingressar no Simples Nacional afetará sobremaneira as finanças dos Estados e Municípios, comprometendo o equilíbrio fiscal dos entes federados, razão pela qual propõe-se veto ao dispositivo."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

RETIFICAÇÃO

Na Mensagem nº 599, de 13 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial de 14 de agosto de 2007, seção 1, página 265, na parte relativa às razões de veto ao art. 131, **onde se lê**: "Dessa forma, considerando que o dispositivo em questão impede que os restos a pagar não processados, que não tenham sido objeto de convênio ou instrumento congênere, não possam ter a sua vigência prorrogada, poderá colocar em risco a continuidade de importantes ações empreendidas pelo Governo na busca do almejado crescimento econômico".

**Leia-se**: "Dessa forma, considerando que o dispositivo em questão impede que os restos a pagar não processados, que não tenham sido objeto de convênio ou instrumento congênere, possam ter a sua vigência prorrogada, poderá colocar em risco a continuidade de importantes ações empreendidas pelo Governo na busca do almejado crescimento econômico".

CASA CIVIL  
SECRETARIA EXECUTIVA  
IMPrensa NACIONAL

PORTARIA Nº 204, DE 14 DE AGOSTO DE 2007

**O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, incisos II, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Suspender a comercialização de assinaturas com periodicidade mensal do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União, em sua versão impressa, ficando mantida a periodicidade trimestral, sem o porte de entrega.

Parágrafo único. O assinante que optar pela aquisição de assinatura sem porte obrigar-se-á a retirar os jornais na sede da Imprensa Nacional, em Brasília-DF, no horário de atendimento ao público.

Art. 2º Suspender a comercialização de assinaturas com periodicidade anual do Diário Oficial da União, em sua versão eletrônica, ficando mantidas as demais periodicidades.

Art. 3º . Ficam revogadas as Portarias nº 171, de 16/09/2004, e nº 191, de 29/10/2004.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA

INSTITUTO NACIONAL DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
DIRETORIA DE AUDITORIA,  
FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR DE AUDITORIA,  
FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

Entidades: AR TCI FILE, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA: Defere-se o pedido de autorização, formulado pela AC CERTISIGN MÚLTIPLA por meio da correspondência datada de 27 de julho de 2007, para realização de serviços de auditoria independente por HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES, a ser realizado nas AR TCI FILE, conforme Parecer CGAF ITI 0058/2007, nos termos do item 7 do DOC-ICP-08 da ICP-Brasil. Publique-se. Em 14 de agosto de 2007.

Entidades: AR SERVIR, AR CAFENAS, AR IDORT RJ e AR ITAU-TEC, vinculadas à AC CERTISIGN MÚLTIPLA: Defere-se os pedidos de autorização, formulados pela AC CERTISIGN MÚLTIPLA por meio das correspondências datadas de 27 de julho de 2007, para realização de serviços de auditoria independente por MOREIRA & ASSOCIADOS - AUDITORES, a serem realizados nas AR SERVIR, AR CAFENAS, AR IDORT RJ e AR ITAU-TEC, conforme Parecer CGAF ITI 0058A/2007, nos termos do item 7 do DOC-ICP-08 da ICP-Brasil. Publique-se. Em 14 de agosto de 2007.

EVANDRO LUIZ DE OLIVEIRA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 613, DE 14 DE AGOSTO DE 2007

Altera o disposto no art. 2º da Portaria nº 493, de 20 de dezembro de 2006.

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 493, de 20 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Poderão integrar as listas de promoção, por antiguidade ou por merecimento, somente os integrantes da carreira de Procurador Federal que, ao final do período avaliado, já tenham cumprido interstício de 3 anos na categoria imediatamente inferior."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da promoção referente ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 a 30 de junho de 2007.

JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA

PORTARIA Nº 614, DE 14 DE AGOSTO DE 2007

Atribui a consultoria e o assessoramento jurídicos da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA no Estado de Roraima à Procuradoria Federal naquele Estado.

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.003615/2006-19, resolve:

Art. 1º A consultoria e o assessoramento jurídicos da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA no Estado de Roraima passa a ser exercida pela Procuradoria Federal naquele Estado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA

SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 610, DE 14 DE AGOSTO DE 2007

Atribui a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros, Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim e Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão ao órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à ADENE.

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007 e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000160/2007-61, resolve:

Art. 1º Atribuir ao órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE a consultoria e assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros/PE, da Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim/PE e da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão/PE, até 31 de janeiro de 2008.

Art. 2º Convalidar os atos praticados até a publicação desta portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

PORTARIA Nº 611, DE 14 DE AGOSTO DE 2007

Atribui as atividades de consultoria exercidas pela Seção de Matéria Administrativa da PFE/INSS de Belo Horizonte/BH à Procuradoria Federal de Minas Gerais.

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007 e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.002289/2007-11, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais as atividades de consultoria afetas à Seção de Matéria Administrativa da Procuradoria Seccional junto ao INSS em Belo Horizonte/MG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

PORTARIA Nº 612, DE 14 DE AGOSTO DE 2007

Atribui a representação judicial da Fundação Casa de Ruy Barbosa - FCRB e da Fundação Universidade Federal de Pelotas - FUFPe às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Casa de Ruy Barbosa - FCRB e da Fundação Universidade Federal de Pelotas - FUFPe, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 14 DE AGOSTO DE 2007

Aprova as condições gerais para a licitação da concessão de trechos rodoviários de que trata a Resolução CND nº 05/2007.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - CND**, no uso das atribuições que lhe confere o § 4º do art. 5º, combinado com o art. 6º, ambos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso VI e § 3º e art. 10, inciso II, alínea "a", ambos do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, e na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e Considerando as orientações do Tribunal de Contas da União contidas no ACÓRDÃO nº 1405/2007 - TCU - PLENÁRIO, que autorizou a publicação dos editais relativos à 2ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias com os ajustes promovidos pela ANTT na modelagem de concessão dos trechos rodoviários em decorrência das determinações contidas na Resolução CND nº 5, de 18 de maio de 2007;

Considerando o disposto no art. 14 da Resolução CND nº 5, de 2007; resolve, ad referendum, do Colegiado:

Art. 1º Aprovar as condições gerais para licitação dos trechos rodoviários objeto da mencionada Resolução, consignadas nas minutas de edital e de contrato.

Art. 2º Em decorrência dos ajustes promovidos pela ANTT, em atendimento ao disposto no ACÓRDÃO nº 1405/2007 - TCU - PLENÁRIO, bem como da necessidade de atualização dos valores para o mês anterior a publicação dos editais, as propostas de Tarifa Básica de Pedágio a serem apresentadas pelos licitantes não poderão ser superiores à Tarifa Básica de Pedágio teto definida para o Lote Rodoviário, representando o valor da tarifa para veículos de rodagem simples e de dois eixos, referenciada a julho de 2007, conforme abaixo:

ITEM	RODOVIA	TRECHO	Nº DE PRAÇAS	VALOR MÁXIMO DA TARIFA
01	BR-153/SP	Divisa MG/SP - Divisa SP/PR	4	4,083
02	BR 116/PR/SC	- Curitiba - Divisa SC/RS	5	4,188
03	BR - 393/RJ	Divisa MG/RJ - Entr. BR-116 (Via Dutra)	3	4,037
04	BR - 101/RJ	Divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva	5(*)	3,824
05	BR 381/MG/SP	- Belo Horizonte - São Paulo	8	2,884
06	BR 116/SP/PR	- São Paulo - Curitiba	6	2,685
07	BR - 116/PR; BR - 376/PR e BR - 101/SC	Curitiba - Florianópolis	5	2,754

(\*) 1 praça com cobrança unidirecional.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE